

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS ADVOGADOS DA
SUBSEÇÃO DE JOINVILLE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DE SANTA CATARINA – REALIZADA EM 25/10/2010.**

1. Data e hora:

25/10/2010, às 19:30h.

2. Local:

Salão de eventos do Hotel Tannenhof Joinville.

3. Presentes

Advogados e estagiários inscritos na OAB/SC, conforme lista de presença em anexo à presente ata.

4. Composição da mesa

4.1 Mesa diretora: MIGUEL TEIXEIRA FILHO, Presidente da Subseção, que presidiu os trabalhos; FABRÍCIO BITTENCOURT, Secretário-Geral; MAURICIO VOSS - Coordenador-Geral das Comissões; RAFAEL DE ASSIS HORN - Conselheiro Federal OAB; ANA PAULA PEREIRA JUNKES - Presidente da Comissão da Mulher Advogada;

4.2 Mesa de redação: GUSTAVO BUETTGEN – Presidente da Comissão de Assuntos Judiciários; LUCAS J. HILDEBRAND – Membro da Comissão de Assuntos Judiciários; GIANCARLOS BUCHE – Secretário-geral Comissão Ética e Fiscalização; ANA PAULA PEREIRA JUNKES - Presidente da Comissão da Mulher Advogada.

5. Ordem do Dia:

5.1 Palestra do Conselheiro Federal Rafael de Assis Horn: “Prerrogativas Profissionais do Advogado”;

5.2 Apuração, diretamente junto aos colegas, de denúncias, críticas e sugestões no interesse da advocacia, dentro da seguinte seguinte pauta:

- a) Violação de prerrogativas profissionais
- b) Problemas de atendimento em juízos, serventias, delegacias, presídios e demais repartições
- c) Ética e exercício ilegal da profissão

6. Deliberações e Registros

a) Inicialmente, às 19:30h o presidente da Subseção, MIGUEL TEIXEIRA FILHO, abriu os trabalhos e convidou os Drs. FABRÍCIO BITTENCOURT, Secretário-Geral, MAURICIO VOSS - Coordenador-Geral das Comissões, RAFAEL HORN - Conselheiro Federal, ANA PAULA PEREIRA JUNKES- Presidente da Comissão da Mulher Advogada para comporem a mesa diretora dos trabalhos.

b) Às 19:35h o presidente passou a palavra para o Conselheiro Federal Dr. Rafael de Assis Horn, para ministrar a palestra com o tema: “Prerrogativas Profissionais do Advogado”, o qual destacou que as prerrogativas são garantias da sociedade, sendo que a OAB não pode transigir com sua violação.

c) Às 20:10h o palestrante encerrou seu pronunciamento, recebendo os aplausos da assistência e agradecimentos do presidente, em nome da Subseção de Joinville.

d) Pela ordem, com a autorização da colega, o presidente relatou à Assembléia que a Comissão de Defesa, Assistência e Prerrogativas da OAB Joinville concluiu procedimento de apuração de violação de sigilo telefônico de advogada domiciliada na Subseção, por parte de autoridade judicial da Comarca, informando que, a par de medidas que estão sendo tomadas diretamente junto ao Juízo, para exclusão de peças de autos judiciais, as quais estão expondo vexatoriamente a colega, está encaminhando todo o apurado para a Direção da OAB Seccional, para que esta adote as providências cabíveis, inclusive correccionais, dentro da competência definida pelo Provimento 127/2008 do Conselho Federal. A Diretoria da OAB Joinville acompanhará a tramitação das medidas junto à Seccional, subsidiando o órgão estadual no que for necessário, em defesa da classe.

e) Concedida a palavra para a colega, esta se manifestou nos seguintes termos : *“..o que mais me incomodou no caso, não foi o caso de ter sido investigada. Mas nós, advogados, temos que tomar cuidado, pois o que me deixou mesmo preocupada, foi como o Delegado colocou na conclusão da investigação que foi “infelizmente não foi apurado nada contra a doutora (...)” – isto demonstra que ele lutou para me prejudicar, e outra coisa que eu não posso provar, mas, acredito que por duas vezes eu tive minha casa invadida, investigada (...), mas não posso provar nada, então, é bem sério, e quando se trata de advogados, (...) querem nos caçar mesmo, não pensem que é brincadeira, houve uma falta de respeito muito grande, que ainda em seu relatório acaba concluindo com deboche a minha inocência, até porque eu não conhecia ninguém naquele processo, nem mesmo os agentes envolvidos, ou seja, meu nome caiu de pára-quedas e saiu do mesmo jeito, então espero que seja tomada alguma providencia senhor presidente!”* O Presidente da Subseção informou que as medidas serão tomadas de imediato, sendo que naquela data já foi protocolizado requerimento ao Juízo da Comarca, para exclusão das informações da advogada do indigitado inquérito.

f) Na sequência, a Comissão de Redação explanou aos presentes acerca da forma como seria realizada a coleta de denúncias e reclamações na Assembléia. Em seguida, às 20:20h o presidente abriu a palavra para os presentes, pela ordem de inscrição para falar, sendo coletadas as seguintes denúncias, reclamações e proposições:

l) Dra. (...) [*]

DELEGACIAS – segundo a advogada: “..existe a recomendação que quando são feitos: “TC’s”, “ causas de menor potenciais ofensivo” ou “Maria da Penha” – na Audiência preliminar, de investigação

[*] Nomes mantidos em caráter reservado com a Diretoria da OAB Joinville

prévia, existe indicação que não há necessidade do advogado, dificultando quando o advogado entra no processo, pois já passou o momento processual apropriado para defesa.

CARGA DE AUTOS – A 2ª Vara da Família, por exemplo, não deixa os estagiários do escritório pegarem processo em carga, mesmo com autorização do advogados / e uma outra vara da família que não deixa mais de 01 estagiário assistir audiência, dificultando o preenchimento das horas complementares dos estagiários de direito.

II) Dr. (...)

RESTRIÇÕES NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - o Juiz está legislando: diz que o advogado não pode pegar o processo em carga - e esta questão da intimação do advogado para apresentação dos documentos da parte nos autos ... é um absurdo o que está acontecendo no JEC aqui em Joinville – por isso peço a OAB que tome medidas e preste muita atenção neste caso desse Juiz, entre em contato com o mesmo através das Comissões responsáveis ou até mesmo faça Ofício para a Corregedoria, para que obrigue que o Juiz cumpra o que está na Lei, e não fique legislando conforme suas idéias

III) Dr. (...)

DIFICULDADE A ACESSO A AUTOS E AO MAGISTRADO - Varas da Família – a 1ª Vara – impossibilidade de acesso a Juiz. Essa dificuldade de conversar com o magistrado acaba dificultando o acesso ao judiciário para resolver questões que poderiam ser de fácil resolução.

IV) Dr. (...)

RESTRIÇÃO AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL - caso de impedimento de informações junto ao Banco do Brasil e no Sindicato do Comercio foi impedido de acompanhar acerto trabalhista DE cliente – encaminhei os dois casos para OAB e não obteve resposta dessas reclamações;

TESOURARIA - outra questão é que estava irregular perante a OAB, o pagamento teria se perdido em Florianópolis e foi cobrado novamente, sendo que paga à vista todo começo de ano para não se incomodar; mas até o momento não recebeu nenhum retorno da OAB, não sabe se está regular ou não; Indaga se deve mandar ofício para a Subseção pedindo novamente regularização e explicações ou fica ainda aguardando uma resposta. Esses casos já haviam sido enviado para OAB na outra gestão. [O presidente solicitou que o colega encaminhasse cópia para a Subseção, a qual dará resposta ao assunto].

V) Dr. (...)

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL – informa impedimento de cargas aos autos, sendo que foi falar com o juiz e este informou que é o mesmo procedimento que ele havia tomado em Brusque e que havia respaldo do Tribunal, pois já havia dado certo naquela comarca / a OAB tem que tomar a frente e tentar resolver;

ATENDIMENTO NA JUSTIÇA ESTADUAL - Informa que atendimento na Justiça Federal é bom, sendo que sempre é prontamente atendido - mas na Justiça Estadual – estão atendendo de forma muito ruim - / caso das petições urgentes – demora para subir, etc, a OAB tem que tentar resolver isso.

VI) Dra. (...)

DEFENSOR DATIVO 3ª VARA CRIMINAL – Informa que nas audiências da 4ª feira – quando o réu não é citado, sai do presídio e vai pra audiência, chega na Audiência o juiz pergunta se tem advogado, mesmo ele informando que sim, o Juiz nomeia outro , pois já tem advogados de prontidão. Quando procurou o Juiz, este mandou procurar a Corregedoria. Que nunca é nomeada como dativa na 3ª vara. Pede que a OAB verifique, porque nesta vara sempre tem advogados pronto para atender, prejudicando os demais colegas, que esperam indicação..

VII) Dra. (...)

DEFENSOR DATIVO - VARA INFÂNCIA E JUVENTUDE - mesma situação anterior acontece na Vara da Infância e Juventude, que tem alguns Advogados privilegiados que sempre estão ali para participarem das audiências. Que já procurou o Juiz daquela Vara e não obteve um resultado positivo, pois continua ocorrendo; Que se faça a conta de quantas URH's estes advogados estão ganhando, só para ficarem ali sentados aguardando serem nomeados, é uma falta de respeito com os demais; Pede que seja verificado este caso também.

VIII) Dr. (...)

PRESÍDIO – PARLATÓRIO - Tem que falar alto para o cliente escutar, e o mesmo também tem que falar em voz muito alta para ser ouvido, então fica uma situação constrangedora, pois todos ali escutam o que está sendo falado;

MAU ATENDIMENTO POR PARTE DOS ADVOGADOS DA 4ª VARA CÍVEL – Parece que os estagiários da 4ª Vara Cível se acham mais do que os Juízes, a gente pergunta o nome eles não dizem, não usam crachá, e são bem desrespeitosos com nós Advogados.

IX) Dr. (...)

PARLATÓRIO - Também em relação ao parlatório a situação lá é vergonhosa mesmo;

MULTA ART. 265 CPP - outra questão da multa por renúncia do art. 265 do CPP (por abandono) da causa, sem contraditório. Se este dispositivo for mantido, os magistrados vão multar muita gente sem que tenha a devida defesa por parte dos advogados, ferindo diretamente as prerrogativas dos advogados;

MAU ATENDIMENTO POR PARTE DE ESTAGIÁRIOS DA JUSTIÇA ESTADUAL Reclama do mau atendimento na Justiça Estadual aqui de Joinville, precisa da intervenção da OAB. Está ocorrendo um grande desrespeito, especialmente por parte de estagiários tratando advogados muito mau; qualquer coisa que se pede, vem um estagiário em tom áspero dizendo: "o Dr. peticiona!". É um absurdo o atendimento. [Neste momento fazendo uso da palavra o Dr. Gustavo, Presidente da Comissão de Assuntos Judiciários solicita ao Dr. Leonardo que encaminhasse para a Subseção e para esta Comissão cópia destas decisões onde os Advogados foram multados para ser analisado os fundamentos e tomadas as medidas que se achar necessário pela OAB.]

X) A Dra. Cynthia Maria Pinto da Luz, presidente da Comissão de Direitos Humanos pede a palavra para informar que o corregedor dos presídios, Juiz Silvio Franco da 3ª Vara Criminal, está elaborando uma normatização para a administração carcerária, bem como informa que no próximo dia 4 de novembro ocorrerá uma vistoria do Conselho Nacional de Política Carcerária, sendo que as Comissões da OAB acompanharão os trabalhos.

XI) Dr. Thiago Campo pede a palavra e sugere para que seja feito um link no site para que o serviço *Reclame Já*, possa ser acessado *on line*.

7. Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o presidente informa que a mesa recebeu mais denúncias de presentes, os quais não quiseram fazer uso da palavra. Tais denúncias serão compiladas pela Comissão organizadora da Assembléia, junto com o material objeto das explicações dos advogados, de tudo se dando oportuna divulgação aos advogados da Subseção.

8. A seguir o presidente convidou a todos para um breve intervalo para o café, com retorno às 21:20h.

9. No retorno, o presidente concedeu a palavra para o Dr. Gustavo Buettgen – Presidente da Comissão Assuntos Judiciários, o qual informou que a) todas as denúncias e reclamações serão apuradas e todas serão objeto de resposta por parte da OAB Joinville; b) serão divulgados no site da OAB Joinville todos os tópicos tratados e apurados na Assembléia; c) A Comissão de Assuntos Judiciários está implantando o serviço *Reclame Já*, como mecanismo permanente para recebimento de reclamações.

10. O presidente concedeu a palavra para Coordenador Geral das Comissões, Dr. Maurício Voss confirmou que *“com relação as perguntas, reclamações e sugestões, todas terão respostas, individual ou mesmo de modo geral”*.

11. O presidente concedeu a palavra para o Conselheiro Federal Rafael de Assis Horn, para suas considerações finais.

12. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, às 21:40h o senhor presidente da Subseção, agradecendo a presença e a participação de todos, declarou encerrada Assembléia Sessão. E para constar, eu, Giancarlos Buche, nomeado Secretário da Mesa, lavrei a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente da Subseção, Senhor Secretário Geral, Senhor Coordenador-geral das Comissões, Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Judiciários e por mim.

Miguel Teixeira Filho
Presidente da Subseção da OAB Joinville

Fabício Bittencourt
Secretário-Geral da OAB Joinville

Maurício Alessandro Voos
Coordenador-geral das Comissões da OAB Joinville

Gustavo Buettgen
Presidente da Comissão de Assuntos Judiciários

Giancarlos Buche
Secretário da Mesa